

PARECER Nº 35/2015

PROJETO DE LEI Nº 19/2015

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

RELATOR VEREADOR ALBERTO MUNIZ

RELATÓRIO

De autoria do Prefeito, o projeto de lei em epígrafe aprova o Plano Municipal de Educação – PME e dá outras providências.

Visa a proposição aprovar o Plano Municipal de Educação – PME para os próximos 10 (dez) anos.

Publicada, a proposição foi distribuída às Comissões de Legislação e Justiça e de Redação e de Educação e Saúde.

Vem a matéria, preliminarmente, a esta Comissão para receber parecer quanto à sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, conforme dispõe o art. 168, combinado com o art. 88, II, “b”, do Regimento Interno.

Em apartada síntese, o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

No plano da competência legislativa, a proposição não contém vício, pois trata de assunto de interesse do Município, em conformidade com a autonomia que a forma federativa lhe garante, não se encontrando entre aquelas matérias que se inserem no domínio de competência da União ou do Estado.

Também não vislumbramos óbice quanto à iniciativa, porquanto o impulso de matérias de tal natureza é de caráter concorrente, cabendo a qualquer dos legitimados a atuar no processo legislativo municipal.

No plano jurídico-constitucional, cumpre destacar que o Projeto de Lei em exame visa atender ao disposto no art. 214 da Constituição Federal e na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação.

Da análise do projeto em tela, verifica-se que este está em consonância com o Plano Nacional de Educação.

CONCLUSÃO

Em face do exposto, concluo pela constitucionalidade, juridicidade e legalidade do Projeto de Lei nº 19, de 2015.

Sala das Reuniões, 15 de junho de 2015.

Vereador ALBERTO MUNIZ

Relator